

Jornal  
**30 de Agosto**

# Edição Pedagógica

Especial 2012





## EDITORIAL

## Organizar, resistir e avançar: nossa luta não para!

O segundo semestre começa com muita indignação em relação ao governo e de ampliação da nossa luta caso o calendário pré-estabelecido não seja cumprido. O mês de agosto é um mês de forte mobilização da categoria. Temos já duas datas definidas: o dia 7 - Dia do Funcionário de Escola em que teremos mobilizações nos Núcleos Regionais de Educação (NREs) de todo o Estado e o dia 30 de agosto - Dia de luto e luta dos/as educadores/as do Paraná. E ainda poderemos ampliar.

Temos debatido e cobrado do atual governo todos os itens da nossa pauta de reivindicações (ver texto sobre as negociações). Na última reunião, a “justificativa” do governo foi o limite da Lei de Responsabilidade Fiscal que atingiu o limite prudencial, e atingiu o índice de 46,89% em “gastos” com pessoal. Isso paralisou todas as negociações do governo com os servidores, não atingiu somente a Educação.

Tanto a APP-Sindicato como o Fórum dos Servidores apresentaram ao governo sua posição contrária em relação aos itens que foram inclusos nos critérios da LRF como “gastos” de pessoal. Esses itens (IR e pensionistas) não devem ser considerados nos cálculos. Também o entendimento da APP-Sindicato é que a Lei 11738/08 que aplica o Piso Salarial Profissional Nacional deve ser cumprida independente da LRF.

Assim, a Direção Estadual demonstrou ao governo que está esgotada com a falta do cumprimento dos prazos estabelecidos. O governo negou qualquer ruptura com os compromissos assumidos e que após negociação com o Tribunal de Contas encaminhará todas as propostas.

Nesse sentido, o segundo semestre exige de toda a nossa categoria muita vigilância e muita unidade: não admitimos nenhum passo atrás no que foi negociado e, ainda, queremos avançar nos pontos que estão pendentes.

Mas, nossa luta vai além da preocupação com os itens que compõem a melhoria das condições dos trabalhadores e trabalhadoras em educação. Ela se estende a um projeto de emancipação social no qual a escola tem papel fundamental e decisivo. A semana pedagógica precisa refletir sobre esse projeto. Além da organização do espaço escolar, do debate coletivo sobre os problemas que afligem cada escola, do debate e organização da luta, precisamos debater e ampliar nossa formação política através da teoria para uma nova cultura educacional.

É necessário ampliar o debate de totalidade e das contradições da sociedade capitalista. Debater o currículo emancipador afirmando as diretrizes curriculares construídas coletivamente em nosso estado em contraposição às expectativas de aprendizagem. As expectativas de aprendizagem trazem para a educação uma visão de currículo mínimo através de setores que defendem a meritocracia seguida de avaliações somente dos/as profissionais da educação e das avaliações apenas como ranqueamento.

Nesta Edição Pedagógica, queremos refletir nossa prática pedagógica, mas também nossas concepções de mundo e, portanto, de vida e nossa organização. Assim, primeiramente apresentamos os itens centrais da pauta de negociações e já convocamos para MOBILIZAÇÕES. Na sequência muitas das nossas preocupações sobre determinadas políticas que a SEED está implementando e/ou apresentando para a categoria e políticas que consideramos estão colocadas em “xeque” por este governo.

Aprofundamos o debate com texto sobre a Hora-atividade, de Juliana Costa Barbosa, a reivindicação sobre o uso de Software Livre, de Walkiria Olegário Mazeto. Além disso, temos as contribuições de Fabiana Thomé com os textos à respeito da isonomia de trabalho dos professores e professoras da Educação Especial, e, também, a reflexão sobre a conquista histórica dos 10% do PIB para a educação, um debate ainda em aberto. Inclusive, a Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação (CNTE) convocou a Marcha em Brasília no dia 5 de setembro, com Vigília do dia 5 para o dia 6. Essa mobilização também marcará a defesa do índice de reajuste do Piso. Não aceitamos mudanças.

Outro tema que nos chama a atenção é uma proposta que sempre negamos com bastante veemência: Educação Básica à Distância. Não queremos sequer experimento sobre esse tema. Travamos uma luta nacional contra o Parecer 12/2012 do Conselho Nacional de Educação – CNE, ainda não homologado e não aceitamos que nosso Estado a título de “experiência” queira implementar proposta ainda não aprovada. Não admitiremos!!

Nossa Edição Pedagógica, com carinho, com afeto e com muita disposição para a luta!

**Direção Estadual da APP-Sindicato**

**Expediente:**

**APP-SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO PARANÁ** - Av. Iguazu, 880 - Rebouças - Curitiba - PR • CEP: 80.230-020.  
Fone: (41) 3026-9822 - Fax: (41) 3222-5261 - www.appsindicato.org.br - **Direção:** Marlei Fernandes de Carvalho - Presidente • Silvana Prestes de Araújo - Secretária Geral • Isabel Catarina Zöllner - Secretária de Política Sindical • Walkiria Olegário Mazeto - Secretária Educacional • José Valdivino de Moraes - Secretária de Funcionários • Miguel Angel Alvarenga Baez - Secretária de Finanças • Clotilde Santos Vasconcelos - Sec. Adm. e Patrimônio • Edilson Aparecido de Paula - Secretária de Municipais • Luiz Felipe Nunes de Alves (interino) - Sec. Imprensa e Divulgação • Mario Sérgio Ferreira de Souza - Secretária de Assuntos Jurídicos • Tomiko Kiyoku Falleiros - Secretária de Aposentados • Luiz Felipe Nunes de Alves - Secretária de Políticas Sociais • Hermes Silva Leão - Secretária de Organização • Isabel Catarina Zöllner - Sec. de Formação Política Sindical • Mariah Seni Vasconcelos Silva - Secretária de Sindicalizados • Elizamara Goulart Araújo - Sec. Gênero e Igualdade Racial • Idemar Vanderlei Beki - Secretária de Saúde e Previdência.

**Uma produção da Secretária Educacional da APP-Sindicato** - educacional@app.com.br • **Organização:** Walkiria Olegário Mazeto, Fabiana Thomé, Hermes Silva Leão, Janeslei Albuquerque, Juliana Costa Barbosa e Marlei Fernandes de Carvalho.

**Projeto Gráfico e Diagramação:** Rodrigo A. Romani (DRT-PR 7756) – Secretária de Imprensa e Divulgação da APP-Sindicato. **Gráfica:** WL Impressões - **Tiragem:** 40 mil exemplares.

## ■ NEGOCIAÇÕES

# APP-Sindicato exige a implementação das conquistas negociadas

*Entidade mantém diálogo aberto com o Poder Executivo, mas a morosidade do governo para efetivar acordos atrapalha*

Nos últimos seis meses, a direção estadual da APP-Sindicato, com a responsabilidade que sempre demonstrou ao representar a categoria junto ao Estado, manteve um diálogo permanente com o governo. A pauta dos trabalhadores e trabalhadoras em Educação foi (e continua sendo) amplamente debatida com as várias instâncias do Poder Executivo e, em especial, com a Secretaria de Estado da Educação (Seed).

O resultado da atuação da entidade foram os anúncios de diversas conquistas importantes, entre elas o reajuste de 19,55% para os professores, adequando o salário do magistério estadual ao Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN); a aplicação do 1/3 da hora-atividade em uma só vez (no início de 2013) e as importantes adequações no Plano de Carreira do Quadro dos Funcionários da Educação Básica (QFEB) e o Plano de Carreira dos Professores (em debate).

No entanto, apesar dos acordos firmados, os prazos negociados para a resolução de algumas questões pontuais – como o pagamento dos avanços devidos aos professores que cursaram o Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE) na turma de 2009 – não têm sido respeitado. Diante deste cenário, a direção da APP tem, de maneira firme e inequívoca, demonstrado a indignação da categoria com a morosidade do governo.

Na última reunião de negociação, a direção foi enfática: o Estado precisa buscar uma solução para cumprir o prometido aos educadores e, em hipótese nenhuma, a categoria aceitará retrocesso no que foi acordado. Além disso, duas mobilizações já estão marcadas para aumentar a pressão. Uma no dia 7 de agosto, data em que se comemora o 'Dia do Funcionário de Escola', e a histórica paralisação do 30 de agosto, 'Dia de Luto e de Luta da Educação'.

Caso o governo não cumpra, mais uma vez, o que acordou, a entidade deve convocar uma assembleia da categoria, em agosto, quando serão decididos os rumos da luta. Veja, abaixo, como está a negociação dos principais itens da pauta:

**Plano de carreira e reajuste dos funcionários da educação** – A minuta que trata das adequações no Plano do QFEB, e que deve ser encaminhada ainda em agosto à Assembleia Legislativa do Paraná, prevê o reconhecimento da graduação e especialização para os agentes educacionais I, e especialização e mestrado para agentes educacionais II. Além disso, se aprovadas as emendas propostas, deverá ser realizado o concurso de remoção, será garantido o recesso no final do ano, a progressão de três classes a cada dois anos e a abertura de novo período para opção do QPPE para o QFEB. Quanto ao reajuste salarial, o sindicato atua para que também seja aplicado, neste momento, o reajuste diferenciado que é de 8,59% (que, somado a data-base, alcança o índice de 14,13%).

**Nomeação dos funcionários** – A APP continua pressionando para agilizar a tramitação da nomeação dos 349 funcionários (Agente I) que foram considerados inaptos no último concurso, mas que, após realizarem novos exames e se tornarem aptos, ainda não foram convocados.

### Plano de carreira e reajuste dos professores

– Nas adequações ao Plano de Carreira do Magistério constam o reconhecimento de professores com mestrado (com gratificação de 15%) e doutorado (20%), independentemente de nível, com desconto previdenciário, com o objetivo de garantir o adicional na aposentadoria. A ideia é que o título de mestre possa ser usado tanto para elevação do Nível 1 para o 2 ou do Nível 2 para o Nível 3. Para aqueles que têm os dois títulos (mestrado e doutorado) os adicionais serão cumulativos. Sobre o reajuste de 2012, além da data-base de 5,1%, o governo enviará nos primeiros dias de agosto o projeto de lei para a aplicação dos outros dois índices: 6,66%, em folha complementar em agosto, e 6,65% em outubro, o que totaliza os 19,55% necessários para alcançar o PSPN. Continua em negociação o pagamento do retroativo (de janeiro a maio e demais diferenças).

**Cargo de 40 horas** – O levantamento sobre professores com aulas extraordinárias e detentores de dois padrões, necessários para a realização da dobra, foi feito pelo governo. Mas ainda falta o governo elaborar o relatório sobre o impacto financeiro da medida. A APP rejeitou a proposta de implantação do cargo de 40 horas de forma parcelada, como definiu a categoria em assembleia, e continua atuando para garantir que a dobra – essencial para a implementação dos 33% da hora-atividade – seja realizada em uma etapa e o mais rápido possível. A APP reivindicou e o governo já está considerando no número de vagas os 33% da hora-atividade.

**Concurso para os professores** – Outro item fundamental para a efetivação do 1/3 de hora-atividade é a realização de um novo concurso para o magistério. Inicialmente previsto ser publicado em maio, o edital, segundo a Secretaria de Educação, está concluído. A previsão é de 22 mil vagas para professores da matriz curricular e 1840 vagas para professor pedagogo. A APP cobrou celeridade na tramitação.

**Pagamento do PDE 2009** – No final de junho, a Seed assegurou o pagamento das promoções em atraso da turma do PDE 2009 na folha salarial de julho. O sindicato, por sua vez, reivindicou o pagamento em folha complementar até o dia 10 de julho. O que não aconteceu. A principal "justificativa" é o impedimento da lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) como também os atrasos das promoções do QPPE. O governo afirma que todas deverão ser negociadas em conjunto. A APP cobrou a implementação na folha para que não haja problemas nas futuras promoções.

**Novo modelo de atendimento à Saúde** – A APP cobrou do vice-governador e secretário de Educação Flávio Arns uma maior participação nos processos de negociação. O Fórum dos Servidores terá nova reunião no dia 23 de julho, quando devem ser apresentados as planilhas de custo e outros itens. A APP reivindica uma participação maior do governo e que a co-participação seja amplamente debatida para que seja viável.

### Vejam demais itens que temos para o segundo semestre:

- 1 - Concurso de remoção para professores e funcionários.
- 2 - Licença especial para o terceiro período que é sempre mais concorrido.
- 3 - Turma do PDE para 2013 e ProFuncionário.
- 4 - Calendário escolar para 2013: este debate precisa ser realizado nas escolas.
- 5 - Abertura de turmas e matrículas para 2013.
- 6 - Cargo de 40 horas e concurso público para efetivação dos professores.
- 7 - Distribuição de aulas ao final do ano com os 33% de hora-atividade.
- 8 - PSS: renovação do contrato e/ou novo processo.

### Precisamos ficar atentos!

Veja os temas que necessitam de toda a atenção dos trabalhadores em educação nas escolas:

**Distorção idade/série:** essa política tem sido apresentada para várias escolas no Estado com o nome de Plano Personalizado de Atendimento (PPA). Temos que cuidar porque não é ainda uma proposta para toda a rede, mas se apresenta como uma política para ajudar os alunos e corrigir a idade série. O fato é que a política está proposta de forma espontânea, como por exemplo, nas horas-atividades.

**Educação à Distância:** apresentada para as escolas em forma de experimento, principalmente no ensino noturno.

**Paraná Digital:** essa política vem sendo "abandonada/desmontada" de forma silenciosa e por falta de ampliação e de formação continuada.

**Salas de Apoio:** política de contraturno para estudantes com dificuldades. Devemos cuidar dessa política com atuação pedagógica firme e permanente. É uma conquista importante da categoria e não pode ser fechada. As escolas devem acompanhar as turmas.

**Educação Profissional:** por conta de "alta desistência" nessa modalidade o governo tem causado preocupação ao não autorizar abertura de turmas e mesmo fechamento de algumas. Portanto, é necessária muita atenção e organização nas escolas para não perdermos os cursos e já repensar nesse segundo semestre a abertura das turmas do próximo ano.



# 10% do PIB para a educação:

## Luta histórica das/os trabalhadoras/es em educação

Depois de um ano e seis meses de tramitação, a Comissão Especial do Plano Nacional de Educação (PNE) aprovou, em 26 de junho, a aplicação de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) do país para a educação.

O projeto de lei 8035/10, que cria o Plano Nacional de Educação (PNE), define as principais diretrizes para o setor nos próximos dez anos. Presente na meta 20 do Plano, a proposta de investimento do PIB foi o ponto que mais causou divergências. Depois de muitas negociações, o relator da matéria, Ângelo Vanhoni (PT-PR), apresentou um índice de 8% do PIB, acordado com o governo. Por fim, Vanhoni acatou um destaque do deputado Paulo Rubem Santiago (PDT-PE) que aumentava o patamar de 8% para 10%, como reivindicavam alguns parlamentares e a intensa mobilização das organizações sociais.

De acordo com o texto aprovado, os recursos serão ampliados dos atuais 5% para 7%, no prazo de cinco anos, até atingir os 10% ao fim de vigência do plano em 2023.

### Prós e contras

“É uma grande vitória da sociedade brasileira, que há muitos anos vem reivindicando que o Brasil invista 10% do seu Produto Interno Bruto em educação”, afirma o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Roberto Franklin Leão.

É uma vitória, sem dúvida, da intensa mobilização social e da coerência e bom senso dos parlamentares que chegaram a um consenso em prol da necessidade de aumentar expressivamente o investimento em educação, para se avançar progressiva-

mente na educação de qualidade para todas e todos que defendemos.

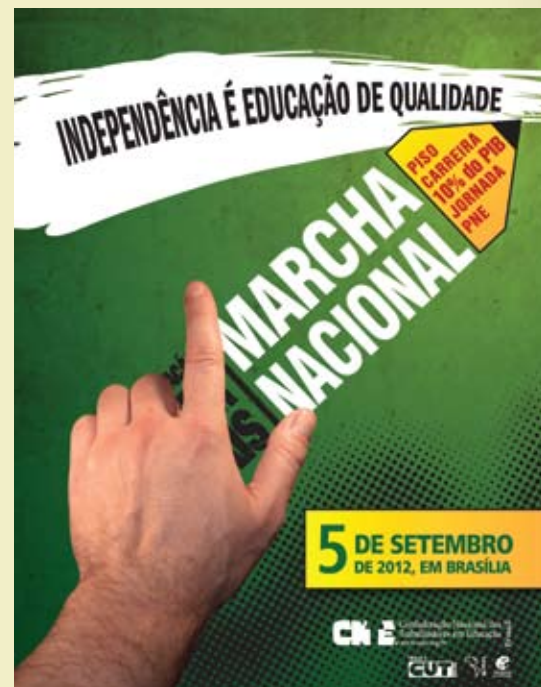
Entretanto, o prazo para que tais patamares sejam atingidos preocupa e requer que continuemos mobilizados. Ampliar dos atuais 5% para 7% em até cinco anos, e atingir o patamar de 10% em até uma década, 2023, joga para um futuro incerto a efetiva execução de tal meta.

Todavia, para o coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Daniel Cara, o prazo de um período de dez anos é necessário para a União se adequar à mudança. “Fizemos essa proposta dos dez anos porque é aquilo que o Estado consegue absorver. Nossa preocupação é ser coerente com o ciclo orçamentário brasileiro”, afirma.

Um aspecto negativo a ser destacado é que se aprovou 10% do PIB para a educação, de forma genérica, e não exclusivamente para a educação pública, tal qual defendemos e tal qual conseguimos, enquanto sociedade civil e movimentos sociais organizados, aprovar no texto final da CONAE 2010. Precisamos garantir que esses recursos tenham, de fato, destinação pública.

Também é necessário que a união indique, no texto do PNE, de onde sairão os recursos para que tal meta seja concretizada.

Permanece o desafio, agora, da tramitação no Senado e, posteriormente, da sanção da presidenta Dilma Rousseff. O governo deu mostras de insatisfação com a aprovação da proposta. Em declaração à imprensa, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, disse que o aumento de recursos para a educação pode “quebrar” o Estado.



“É uma visão de quem está preocupado única e exclusivamente em pagar os juros altíssimos da dívida, em manter superávit primário à custa da sociedade”, critica o presidente da CNTE.

Para Gaudêncio Frigotto, “A lei é uma primeira etapa. Mas a lei só se aplica se existir força social de manejo e controle desse fundo público destinado à educação”, diz.

Texto editado a partir das informações do Jornal Brasil de Fato.

Fonte: Brasil de Fato: A luta pelos 10% para a educação. 12 de julho de 2012. Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/node/10076>

## 10%, entre o sonho e a realidade<sup>1</sup>

Idevaldo Bodião

idbodiao@ufc.br

Coordenador do Movimento PNE pra Valer no Ceará

Tive um sonho muito curioso, na noite de 26 de junho. Sonhei que assistia, pelo computador, a votação do novo texto para a meta 20 do Plano Nacional de Educação (PNE). Desde o começo o sonho parecia um tanto inusitado (não estranhei, afinal em sonhos tudo é possível); parlamentares abriam mão de suas proposições em favor de outros colegas, o que era seguido por uma generosa troca de elogios de tal forma surpreendente que uma parlamentar do DEM elogiava seu “colega” do PT e um do PSDB elogiava outro do PSOL (já não me surpreendia, afinal sabia que estava num sonho).

O momento mais inusitado do sonho foi quando o presidente da sessão colocou em voto a proposição, solicitando que os que estivessem de acordo com o novo texto saíssem de suas poltronas e, aos pulos,

se juntassem à aclamação dos presentes: “Pula, sai do chão, quem defende a educação!” Não deixei de pensar na histórica votação das Diretas, já!

Nos momentos seguintes, o presidente da sessão tentava voltar à pauta, para dar continuidade aos trabalhos, sendo interrompido pelo som do hino nacional, cantado de ponta a ponta. O coro, forte, em nenhum momento titubeou (nem naquele ponto em que não se sabe bem se é “Brasil, um sonho intenso” ou “Brasil de amor eterno”); nesse momento, o computador “me sugou” para dentro da sessão e pude me ver – abraçado aos demais – cantando o hino: eu também estava lá!

Contrário ao que se costuma observar nessas circunstâncias, o presidente da sessão em ne-

nhum momento se mostrou contrariado; na verdade, bem humorado, reclamava que durante a votação ficara com o relator na mesa diretora, não podendo partilhar da comunhão do plenário.

Ao poucos, entre abraços, a excitação foi se amainando e a sessão voltou ao seu normal; nesse momento, acordei e, pasmem, eu estava sentado à frente do meu computador, na mesa de trabalho da minha casa! Eu olhei para uma lua crescente que brilhava intensamente e pensei: “só falta o ministro da Educação reclamar da votação” e fui dormir em paz o sono daqueles que, como muitos, havia lutado por aquele momento.

Talvez vocês não devam dar ouvidos à minha narrativa, afinal foi só um sonho, não foi?

<sup>1</sup> Publicada no jornal “O Povo” em 29 de junho de 2012.



# Hora-atividade: uma conquista a ser preservada!

Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) é um princípio constitucional assegurado de forma clara na Lei Maior, criado pela lei complementar 11.738/2008, que normatiza a jornada de trabalho (40 horas vinculada ao piso) com a destinação de 1/3 desta jornada para os trabalhos extra-classe (33% de hora-atividade). É regra, é lei e é princípio.

No entanto, algumas decisões importantes tomadas no âmbito da escola podem colocar em risco a aplicação desta lei que foi tão duramente conquistada por nós educadores. É preciso estar atento ao papel do Estado no cumprimento de suas funções de suprimento educacional que requer o aumento do quadro de professores e funcionários de escola para o cumprimento da hora-atividade dos professores/as, para a execução dos projetos extra-curriculares e de contra-turno.

Dentre esses projetos destacamos o Plano Personalizado de Atendimento (PPA), que em síntese trata da correção da distorção idade-série, com aulas especiais para os estudantes fora do horário normal das aulas. Não adentraremos aqui no mérito do projeto.

Contudo, através do reclame feito por professores de alguns de nossos núcleos sindicais, a APP-Sindicato tomou conhecimento de que para a viabilização deste projeto que já abrange 15 escolas no Estado, os professores tem de abrir mão de parte de sua hora-atividade, que ainda neste ano é de 20% da jornada de trabalho.

Ao buscar mais informações a respeito verificamos a veracidade deste dado publicizado em recente reportagem feita pela Gazeta do Povo, onde a diretora do Colégio Estadual Luiz Carlos relata: "(...) A organização do conteúdo e do horário das aulas foi a parte mais desafiadora. A solução encontrada pelo colégio foi contar com o esforço extra dos professores. Por iniciativa própria, eles sacrificaram algumas horas-atividades para promover os aulas especiais, (...)" (Gazeta do Povo, 03/06/2012, grifo nosso)

Ainda nesta reportagem, de acordo com a diretora de Políticas e Programas Educacionais da Seed, Fernanda Scaciota, qualquer escola estadual pode aderir ao PPA. "Nós sugerimos o encaminhamento, damos a diretriz, mas a escola determina como se dá o encaminhamento real", afirma.

A APP-Sindicato é contrária a esta proposta: a de "sacrificar" a hora-atividade para o cumprimento de projetos contingentes que não dão



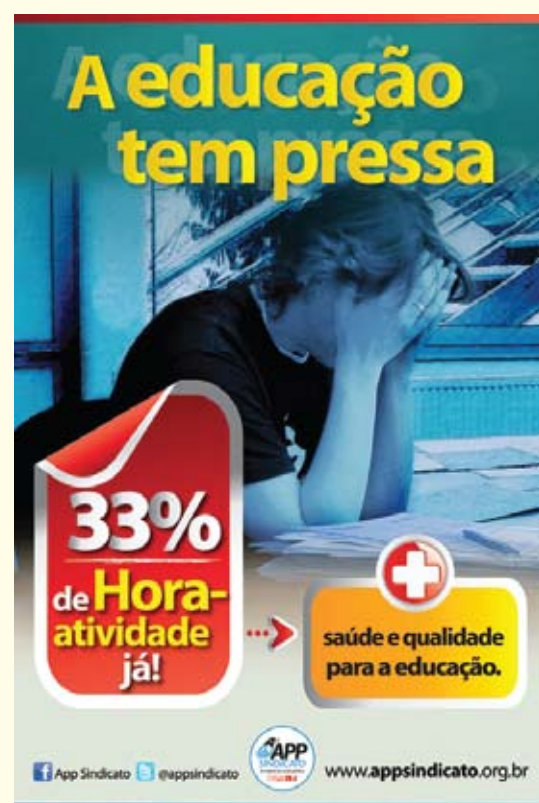
Foto: Denise Soares / APP-Sindicato

conta de resolver os problemas de distorção idade-série de forma radical e que através de soluções paliativas só fazem reproduzir e estender a problemática da falta de investimentos e recursos para a efetivação de uma educação pública de qualidade.

É preciso compreender que para avançarmos na qualidade da educação o Estado é que deve garantir as condições físicas, de material, de suporte e humanas. Se hoje estamos "sacrificando" a hora-atividade em nome de um projeto contingente, o que nos será pedido à "sacrificar" amanhã?

A hora-atividade é um direito conquistado coletivamente, que serve aos interesses educacionais de uma escola com qualidade, é o tempo reservado para as atividades de estudo, reflexão e elaboração exigidas pela função profissional dos professores. Não é tempo de ócio que pode ser utilizado para outro fim que não seja o próprio pensar e repensar a ação do trabalho docente.

Abrir mão deste direito é desconsiderar a história de luta que o constituiu, é desconsiderar o próprio trabalho na sua importância e complexidade. Diga não a este tipo de encaminhamento e sim para mais concursos públicos,



para o suprimento da demanda de pessoal, para ampliação da hora-atividade e para a qualificação do trabalho docente.

## Condições de trabalho da/o Professor/a da Educação Especial: uma questão de isonomia

Em maio de 2012 foi lançada pela APP-Sindicato uma ampla pesquisa sobre as condições de trabalho das/os professoras/as da Educação Especial no Paraná. Tal ação visava apurar denúncias de precarização das condições de trabalho destas/es profissionais, devido a estas/es, concursados pelo Estado, estarem “cedidos” para trabalhar nas escolas conveniadas, entidades privadas.

A Secretaria Educacional da APP-Sindicato recebeu mais de 800 questionários respondidos pelas/os professoras/as desta modalidade de ensino, o que demonstra a angústia e o empenho da categoria em, mobilizada e organizada pela APP, reverter este quadro de precarização do trabalho.

Dentre as principais reivindicações dos/as professores/as está o reconhecimento da isonomia, ou seja, fazer valer os mesmos direitos dos demais professores/as Estatutários da rede estadual de ensino. “Queremos, por exemplo, direito à lotação na escola”, afirmam as professoras. Isto porque como as escolas são entidades conveniadas, não é possível fazer a fixação do/a professor/a na escola em que está atuando, já que estas são entidades de direito privado.

Através dos questionários os professoras/es puderam explicitar suas angústias e desafios a serem superados diariamente. Embora em algumas escolas as/os professoras/es trabalhem no regime de hora-aula, na maioria das escolas, que são conveniadas, os/as docentes cumprem a jornada por hora-relógio, o que, em síntese, significa que elas/es trabalham 5 horas a mais por semana, se comparadas/os aos colegas que prestaram o mesmo concurso.

Outra reivindicação premente das/os docentes é o direito a hora-atividade, que não é respeitado ou, quando o é, fica condicionado à presença, na escola, da/o professor/a de Educação Física ou Arte, profissionais que em grande parte são PSS, e cuja demora na contratação, todo início de ano letivo, impede que os demais professores/as exerçam o direito a hora-atividade. As turmas com número de alunos superiores ao ideal para o trabalho e a falta de profissionais qualificados.

Entre os elementos elencados pelas/os docentes da Educação Especial, destaca-se a ausência da **gestão democrática** nas escolas conveniadas, principalmente no que se refere a eleição para a direção das escolas. Nas escolas conveniadas, as/os diretoras/es são indicados e muitas/os estão há vários anos à frente da

direção, utilizando práticas pouco democráticas e autoritárias. As/os professoras/es denunciam que são coagidos a não participar de mobilizações e paralisações da categoria, com alegação das direções das escolas conveniadas de que não tem este direito.

Por fim, entre as várias dificuldades encontradas pelos/as professoras/es que atuam na educação especial, principalmente os que estão nas escolas conveniadas é a dificuldade de se inscrever nos cursos de capacitação ou formação continuada da SEED. Há poucos cursos ofertados específicos para a área e nos de formação geral a alegação é de que as vagas não contemplam os/as professores/as que atuam nas escolas conveniadas. Esta prática nega ao/a professor/a o direito a formação continuada e a possibilidade de avanço em sua carreira profissional.

A APP-Sindicato sistematizou esta demanda e já incluiu na pauta de reivindicações. Aguardamos agora a data da reunião, já solicitada, com o Secretário de Educação Flávio Arns. Agradecemos a todas e todos que se somaram a nós na construção desta pauta. Pela isonomia, vamos à luta!

## Educação Básica à Distância?

### Parece brincadeira, mas não é!

No momento em que vários atores sociais alimentam a esperança de mudanças substanciais no Ensino Médio, as experiências com o Ensino Médio inovador apontando nesta direção, as novas Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio, Parecer 05 de 2011, já homologadas pelo MEC reforçam esta possibilidade.

Quando se aguarda o desfecho do Parecer 11/2012, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, ainda não homologado pelo MEC, em que pesquisadores reforçam preocupações com esse texto, pois enfraquece as Novas Diretrizes para o Ensino Médio ao permitir que a formação técnica continue a ocorrer desintegrada do Ensino Médio.

Neste momento em que pesquisadores e demais segmentos sociais, que atuam na última etapa da Educação Básica, se voltam para a hermenêutica das Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, um terceiro Parecer aprovado pelo CNE, para o qual até aqui se deu pouca atenção, nos causa muita apreensão. Consideramos ser motivo de preocupação o teor do artigo 11 do parecer 12 de 2012 da Câmara

de Educação Básica do CNE. Enquanto se discute o Ensino Médio Integral, corremos o risco de que o Ministro da Educação possa homologar o parecer 12 de 2012, do Conselho Nacional de Educação, que trata das Diretrizes Operacionais para a oferta de Educação a Distância (EAD), em regime de colaboração entre os sistemas de ensino. (Não se trata do uso de Tics!)

O mesmo se conflita com as Diretrizes Curriculares Nacionais - DCNs do Ensino Médio, contida no Parecer 05 de 2011. Nossa crítica e repúdio veemente a esse parecer se dá pelas seguintes razões, dentre outras:

- vai na linha da fragmentação do ensino;
- não exige avaliação da experiência presencial para que uma instituição possa ofertar EAD na Educação Básica;
- não enfrenta o absurdo da oferta de cursos concomitantes e a inexistência de articulação com o Ensino Médio;
- o que é mais grave: abre as portas para o descompromisso com 20% da carga horária do ensino médio uma vez que possibilita que este

percentual possa ser realizado a distância.

É o que pretende estabelecer o Art. 11 do Parecer<sup>1</sup>: “Será permitida, a critério de cada sistema de ensino, eventual aproveitamento de 20% (vinte por cento) da carga horária dos cursos presenciais ofertados no âmbito da Educação Básica, para ser desenvolvidos com a utilização da metodologia de Educação a Distância (EAD).”

O Professor Arnaldo Vicente, representante da APP-Sindicato no Conselho Estadual de Educação do Paraná, fez esse alerta à direção da APP e também à direção da CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação.

A APP-Sindicato, aprovou em seu XI Congresso uma moção de repúdio ao parecer 12 de 2012 da Câmara de Educação Básica do CNE e também a iniciativa de Núcleos Regionais de Educação do Paraná em fazer “experiências” pedagógicas ofertando parte do Ensino Médio na modalidade à distância.

A APP-Sindicato segue acompanhando a tramitação do Parecer do CNE, através de sua confederação (CNTE) e conchama a todos os trabalhadores a repudiarem políticas de aceleração e rebaixamento da qualidade da educação pública.

<sup>1</sup> Parecer CNE/CEB nº 12/2012, aprovado em 10 de maio de 2012 - Diretrizes Operacionais para a oferta de Educação a Distância (EAD), em regime de colaboração entre os sistemas de ensino. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=17576&Itemid=866](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17576&Itemid=866)



## EXPECTATIVAS DE APRENDIZAGEM: ESTAMOS ATENTOS!

A proposta de criar um sistema de avaliação estadual com base no Caderno de Expectativas de Aprendizagem, documento apresentado pela SEED na formação continuada, ainda é objeto de preocupação da direção da APP-Sindicato.

Subordinada à lógica gerencial esta proposta, largamente difundida e implementada em estados onde o neoliberalismo está no governo há várias gestões, como São Paulo, vem de uma agenda educacional baseada em responsabilização e meritocracia. Os testes padronizados são implementados numa tentativa de controlar os/as profissionais

da educação e padronizar o conhecimento difundido na rede pública de ensino, garantindo um “currículo mínimo”. São estabelecidas matrizes no intuito de prescrever quais conteúdos serão os conhecimentos mínimo estruturantes, fundamentais ou não, a serem trabalhados com os/as alunos/as. Um dos objetivos não declarados, mas implícitos, da implementação dos testes de larga escala no estado é o “treinamento”, para que o desempenho dos/as alunos/as seja melhor nas avaliações nacionais.

A preocupação da APP-Sindicato é que a SEED-PR substitua as Diretrizes Curriculares do

estado – construídas a partir de um processo amplo de discussão coletiva – pelo “Caderno de Expectativas” – instrumento criado na gestão atual no governo do estado, de caráter normativo, que vem sendo colocado como orientação do planejamento curricular nas escolas.

Nossa defesa é pela continuidade de referência para o processo educativo à partir das Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná que tem caráter amplo e visam a formação do sujeito na sua integralidade, estando ligados a uma concepção emancipadora de educação.

## Paraná Digital: abandono e desmonte silencioso. Falta de ampliação e de formação continuada.

### Um pouco de história

A educação sempre esteve vinculada as questões do uso das tecnologias no cotidiano dos ambientes escolares. Nos dias de hoje é possível encontrarmos retroprojetores, projetores de slides ou projetores de filmes 35mm, a maioria deles ainda em condições de uso nas escolas.

O CETEPAR – Centro Excelência Tecnologia Educacional, foi organizado para tornar-se um centro de treinamento dos professores para fazer uso dessas tecnologias no cotidiano escolar. Na segunda metade dos anos de 1990, através do PROEM (programa do governo estadual) e do PROINFO (programa do governo federal), centenas de escolas receberam laboratórios num momento em que se entendia que a educação deveria incorporar as tecnologias da comunicação e da informação e ser inserida na rede mundial de computadores.

No entanto, esses materiais foram entregues às escolas sem qualquer estrutura elétrica e lógica, ou quando havia era devido aos esforços das APM's ou da própria escola. A formação de professores não foi uma busca, e sim, meras tentativas a partir da criação dos NTE's (Núcleos de Tecnologia Educacional), pois era uma exigência do Governo Federal para se ter os laboratórios do PROINFO. O resultado já sabemos: centenas de equipamentos que sequer saíram das caixas ou laboratórios fechados deteriorados pelo tempo.

### O que acontece hoje

Com a eleição do governo Lula, o Movimento do Software Livre conquistou avanços significativos, principalmente no Paraná, com a vinda de vários integrantes desse movimen-



to para a CELEPAR. Os computadores enviados para as escolas iam com os Softwares Livres e o quadro de deterioração dos laboratórios foi sendo revertido. Entretanto, o que presenciamos nos últimos tempos é o retorno da política de abandono do sistema de Softwares Livres e dos laboratórios do PROEM e PARANÁ DIGITAL. Várias ações do governo Beto Richa apontam nessa direção:

- a) alteração das funções dos CRTE's que possuíam profissionais que auxiliavam na manutenção e na formação dos trabalhadores em educação;
- b) a retirada no novo porte dos técnicos laboratoristas;

c) a orientação para a utilização dos laboratórios enviados pelo governo federal, em detrimento dos laboratórios já instalados dos programas estaduais;

d) a ausência de programas de formação continuada para os profissionais da área e para os trabalhadores da educação utilizando essas tecnologias, comprometendo a organização do trabalho pedagógico nas escolas.

Devemos nos manter mobilizados na defesa do Software Livre na administração pública em nível estadual, como também pela manutenção das políticas que garantam o uso dos laboratórios como efetivos espaços pedagógicos para os alunos e para os trabalhadores em educação do Estado do Paraná.

# Seminário de Relação Internacional:



Procurando intensificar a participação dos Trabalhadores em Educação nos temas voltados às Relações Internacionais a APP-Sindicato organizou o Seminário Internacional Palestina Livre que contou com a presença do embaixador da Palestina no Brasil, Ibrahim Alzeben. O evento contou com o apoio do Senge-PR, Sindijor, Sindipetro, Sindicato dos Bancários de Curitiba e Região, Sindijus, Sismuc, CUT e da Federação Árabe Palestina do Brasil.

Antes do evento, foi realizada uma coletiva de imprensa, com a presença de jornalistas de sindicatos e movimentos sociais. O embaixador da Palestina destacou que a maior dificuldade que o povo palestino enfrenta é a ocupação de suas áreas. “Temos a infraestrutura do estado, o povo, mas não o nosso território. Ao longo de nossa história, passamos por 56 invasões e, mesmo assim, conseguimos sobreviver. Mas a maior dificuldade para vivermos em paz é a ocupação”, destacou Alzeben.

O embaixador que também é jornalista ressaltou que a maioria dos meios de comunicação tradicionais, da grande imprensa, não informa de maneira isenta a situação do povo palestino. “O posicionamento dos grandes meios é tímido e lamentavelmente para poderem cobrir algum ato tem que correr muito sangue palestino”.

Representados pela Autoridade Nacional Palestina, os palestinos há tempos tentam estabelecer um Estado independente e soberano na Cisjordânia, Faixa de Gaza e Jerusalém Oriental, ocupados por Israel desde a guerra de 1967. Desde dezembro de 2010, o governo brasileiro reconhece formalmente o Estado Palestino, assim como mais de 100 países.

## Educação e áreas de conflito

Um dos desafios importantes é procurar compreender a dura realidade pela qual passa o processo educacional na Palestina. É preciso estabelecer relações de solidariedade com os sindicalistas das áreas ocupadas. “Temos pouco conhecimento da causa palestina. Temos que criar uma nova mentalidade para a solidariedade. Pensar globalmente e agir localmente”, explica Fátima Aparecida da Silva - secretária de Relações Internacionais da CNTE. Para ela, é preciso propor questões concretas, como, por exemplo, convênios e bolsas de estudo para intercâmbio entre os países.

**FÓRUM SOCIAL MUNDIAL PALESTINA LIVRE** - De 28 de Novembro a 1º de dezembro de 2012, acontecerá o Fórum Social Mundial Pró-Palestina. O FSM Palestina Livre será um encontro global de amplas mobilizações que deve receber 20 mil pessoas de diversas organizações mundiais. É uma expressão do instituto humano em unir-se por justiça e liberdade e um eco da oposição movida pelo FSM contra a hegemonia neoliberal, o colonialismo e o racismo através de lutas por alternativas sociais, políticas econômicas para promover justiça, igualdade e soberania dos povos. A CUT e a CNTE participam do comitê organizador do evento.

A CNTE participa na organização de uma mesa específica sobre a educação na Palestina.

## Calendário de mobilizações

### 07 de agosto: Dia do Funcionário de Escola - Dia de Mobilizar!

A APP-Sindicato realizará mobilizações em frente aos Núcleos Regionais de Educação, no próximo dia 07 de agosto, para fortalecer a luta sobre a pauta dos funcionários de escola.

Por todo o comprometimento destes profissionais com o projeto de uma educação de qualidade, nos fortaleceremos para a luta deste segmento que inclui reconhecimento da formação no plano de carreira, melhoria das condições de trabalho, melhores salários e pela aplicação do reajuste diferenciado de 8,59%, além da data-base já recebida.

### 30 de Agosto: Dia de Luto e Luta da Educação Paranaense.

**Paralisação Estadual – Participe! Pela reafirmação da nossa pauta de reivindicação.**

### 05 de setembro: Marcha Nacional pelo Piso (CNTE)

Uma paralisação nacional de 24 horas vai acontecer durante a Semana da Pátria, quando cerca de cinco mil trabalhadores vão marchar em Brasília por uma educação de qualidade. Haverá uma vigília do dia 05 para o dia 06. Essa mobilização marcará a defesa da implantação do Piso nos Estados e Municípios que ainda não fizeram e o debate da correção do índice de reajuste do Piso.